IV SEMANA DA DEMOGRAFIA

DEMOGRAFIA DOS INVISIBILIZADOS: FORTALECENDO PRESENÇAS QUE ESCAPAM

UNICAMP – 06 a 10 de abril de 2026

EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E EXCLUSÃO: DESAFIOS ESTRUTURAIS À INSERÇÃO DE MIGRANTES HAITIANOS QUALIFICADOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Fritznel Alphonse[1]

RESUMO

A migração de haitianos para o Brasil ganhou força especialmente após a participação do país na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) entre 2004 e 2017, e de maneira mais acentuada depois do terremoto de 2010, que exacerbou a crise humanitária e socioeconômica no Haiti, resultando em um aumento expressivo da mobilidade internacional. Nesse ambiente, destaca-se a presença de migrantes haitianos com alta qualificação, principalmente nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, que enfrentam barreiras institucionais contínuas para se inserirem em suas áreas profissionais. Este estudo investiga os desafios que esses migrantes encontram para acessar o mercado de trabalho no Brasil, focando especialmente nos processos de validação e revalidação de seus diplomas e credenciais profissionais. Mesmo aqueles que se formaram em instituições brasileiras renomadas, como UNICAMP, USP, UNESP, UNIFESP e UFRGS, ainda lidam com restrições tanto institucionais quanto simbólicas que dificultam o exercício de suas profissões, revelando um descompasso entre a qualificação formal e o reconhecimento social. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas e uma análise documental das leis migratórias. Os dados foram analisados através de codificação temática, permitindo a identificação de obstáculos burocráticos, processos de racialização nas relações de trabalho e estratégias de resistência adotadas pelos migrantes. A conclusão aponta que o processo de revalidação de diplomas acontece de forma desigual, ligado à colonialidade do saber e ao racismo estrutural, limitando a mobilidade social e a valorização das habilidades profissionais dos migrantes. Há, portanto, uma urgente necessidade de políticas públicas que sejam mais inclusivas e eficazes para garantir o pleno reconhecimento dessas competências no contexto migratório.

Palavras-chave: Deslocamento haitiano; Mobilidade profissional; Reconhecimento de diplomas; Discriminação estrutural; Colonialidade do conhecimento.

INTRODUÇÃO

A aceleração da migração de haitianos para o Brasil a partir de 2010 representa um dos mais significativos fluxos migratórios entre países do Sul no início do século XXI. Esse fenômeno está ligado ao terremoto ocorrido em janeiro de 2010, que causou mais de 300.000

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS. E-mail: fritznel110@yahoo.fr ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0949-7597.

mortes, cerca de 300.000 feridos – dos quais aproximadamente 5.000 tiveram membros amputados – e deixou mais de 1,5 milhão de pessoas desabrigadas na área metropolitana de Porto Príncipe, além de provocar grandes deslocamentos internos. Os prejuízos materiais foram avaliados em US$ 79 bilhões, correspondendo a 120% do PIB do Haiti em 2009, com a destruição de cerca de 105 mil residências, 1.300 instituições de ensino e mais de 50 hospitais (Haiti, 2010 *apud* Alphonse; Macedo, 2017).

Esse contexto agravou a crise humanitária e socioeconômica do Haiti, acentuando padrões estruturais de deslocamento internacional. Nesse âmbito, Alphonse (2022) ressalta que as migrações devem ser analisadas sob a ótica de processos que foram historicamente moldados, em cenários marcados por intervenções externas e sistemas de governança mundial. De maneira semelhante, Sassen (1988; 2010) defende que os fluxos migratórios são organizados por redes globais de desigualdade, que têm raízes em legados coloniais e em assimetrias econômicas duradouras.

Nesse cenário, o Brasil emergiu como um dos principais pontos de destino para a migração haitiana, em parte em função de sua atuação na missão de ocupação do Haiti, conhecida como Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que ocorreu de 2004 a 2017. Essa participação ajudou a moldar a imagem do Brasil como um lugar de acolhimento e oportunidade aos olhos dos migrantes haitianos (Alphonse, 2022; 2019; 2018).

Entre 2010 e 2019, o Brasil acolheu 660.349 imigrantes com permanência prolongada, dos quais 53% eram originários do Haiti e 41% eram mulheres (OBMigra, 2020). Também se destaca a crescente entrada das mulheres haitianas no setor formal, com a emissão de carteiras de trabalho subindo de 306 em 2011 para 7.777 em 2019, além do aumento da representação feminina, que passou de 25,5% em 2014 para 45,7% em 2019 (Alphonse, 2022; Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2019), demonstrando a feminização e a integração gradual ao mercado de trabalho.

A princípio, a migração originária do Haiti foi guiada por um enfoque de segurança, fundamentado no Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980) e na limitação do acesso ao refúgio, o que resultou na implementação do visto humanitário (RN nº 97). Apesar de a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) ter proporcionado garantias formais adicionais, ainda existem mecanismos seletivos que regulam a formalização e a inserção no mercado de trabalho, evidenciando a continuidade de desigualdades na administração da migração (Alphonse, 2022).

Gradualmente, formou-se no Brasil uma comunidade haitiana diversificada, composta por trabalhadores braçais, estudantes e profissionais especializados. Contudo, a pesquisa revela uma discrepância persistente entre os níveis de educação e as ocupações exercidas, mesmo entre migrantes com altas qualificações (Alphonse, 2018; 2019; 2022; Almeida, 2019).

Essa situação não pode ser atribuída unicamente a fatores institucionais, mas também a dinâmicas estruturais que envolvem exclusão racial e epistemológica (Gonzalez, 2020; Mbembe, 2018). Nesse contexto, profissionais migrantes qualificados muitas vezes acabam em empregos precários, mostrando a desconexão entre a formação acadêmica e o reconhecimento no campo profissional, em um ambiente marcado por hierarquias sociais racializadas e centradas na Europa.

Com isso, este estudo investiga os desafios que os migrantes haitianos qualificados encontram para se inserir no mercado de trabalho no Brasil, destacando as barreiras institucionais, práticas de discriminação e formas de resistência. O artigo estrutura-se em três seções: metodologia, resultados e discussão e considerações finais.

METODOLOGIA

Esta pesquisa qualitativa e exploratória foca na análise das vivências sociais, profissionais e raciais de migrantes haitianos qualificados que vivem no estado de São Paulo. O trabalho de campo ocorreu de março a setembro de 2024, abrangendo associações comunitárias, locais de acolhimento e instituições de ensino superior. O propósito foi examinar

os desafios que esses migrantes enfrentam na revalidação de seus diplomas, na inserção no mercado de trabalho e no reconhecimento de suas habilidades profissionais.

A seleção da amostra foi realizada através de um método de amostragem intencional, levando em conta três critérios principais: (i) ter formação técnica ou superior no Haiti e/ou no Brasil; (ii) morar no Brasil por um período mínimo de três anos; e (iii) ter sua situação migratória regularizada. A amostra final incluiu 15 participantes, abrangendo uma variedade de gêneros, idades, áreas de formação, estados civis, configurações familiares e locais de origem no Haiti.

Entre os envolvidos, nota-se a presença de diversas estruturas familiares, que vão desde indivíduos que residem sós, até famílias nucleares e ampliadas, além de arranjos de moradia compartilhada com compatriotas. Esses modelos de organização familiar refletem táticas de adaptação socioeconômica em meio ao processo migratório, ao mesmo tempo que destacam a formação de redes de solidariedade e ajuda mútua entre os haitianos que estão no Brasil. Além dos migrantes, foram considerados representantes de entidades não governamentais e associações haitianas, visando aprofundar a compreensão institucional dos processos de inclusão e exclusão.

A coleta de dados foi executada através de três métodos complementares: (a) entrevistas semiestruturadas, realizadas em português e crioulo haitiano, baseadas na História Oral como um modo de construção dialogal da memória; (b) análise de documentos relacionados a legislações migratórias, normas institucionais e relatórios sobre a equivalência de diplomas; e (c) observação participativa em organizações haitianas e abrigos de acolhimento.

A História Oral é entendida aqui como uma abordagem metodológica que se baseia na interação entre sujeitos e na construção conjunta de narrativas sociais (Ferreira; Amado, 2001; Penna, 2005; Alphonse, 2022). As entrevistas foram registradas em áudio e posteriormente transcritas com o consentimento informado dos entrevistados.

A análise dos dados foi conduzida através de uma análise de conteúdo temática (Bardin, 2016), combinada com uma análise crítica do discurso (Fairclough, 2001), o que

possibilitou a identificação de categorias de análise, como exclusão institucional, racismo estrutural e formas de resistência.

A conexão entre entrevistas, documentos e observação participante ajudou a reforçar a validade interpretativa, permitindo uma análise interligada das práticas discursivas, das estruturas institucionais e das dinâmicas de poder. A investigação seguiu os princípios éticos das Ciências Humanas e Sociais, assegurando o anonimato, a confidencialidade e o consentimento informado em cada fase do processo.

Os indivíduos envolvidos foram avisados com antecedência sobre as metas da pesquisa e o uso acadêmico das informações coletadas. Para garantir a privacidade, foi utilizada uma codificação alfanumérica para identificar os participantes (E1, E2, E3, e assim por diante). Além dos protocolos éticos convencionais, foi adotada uma abordagem metodológica reflexiva, que enfatiza a escuta atenta e a responsabilidade social na produção de conhecimento em cenários de vulnerabilidade social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A chegada de imigrantes haitianos ao Brasil a partir de 2010 é comumente vista como um componente de uma nova configuração dos fluxos migratórios globais, relacionada ao que se denomina “nova onda migratória”. Analisando de forma crítica, esse fenômeno é entendido como uma manifestação de migração racializada, onde a nacionalidade, a aparência física e a condição socioeconômica funcionam como indicadores interligados de distinção social, influenciando as formas de inserção no mercado de trabalho e o processo de integração (Peixoto, 2004).

As estatísticas destacam a importância desse grupo no contexto migratório atual, com 173.385 haitianos vivendo no Brasil, sendo 127.121 do sexo masculino e 46.264 do feminino, colocando-os como um dos grupos migratórios mais significativos, perdendo apenas para os venezuelanos (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2023). No entanto, essa quantidade expressiva não

se reflete em uma inserção socioeconômica proporcional, revelando a continuidade de desigualdades estruturais na inclusão no mercado de trabalho.

Verifica-se uma predominância de homens, ligada à atuação em áreas que exigem grande esforço físico, além de condições laborais precárias e baixa formação profissional. Esse cenário sugere que o mercado de trabalho não funciona como um espaço neutro para a integração de trabalhadores migrantes, mas sim como um sistema seletivo de distribuição ocupacional, que destina certos perfis a setores específicos da produção.

No cenário atual, a inclusão dos migrantes haitianos revela uma integração caracterizada por desigualdades estruturais, evidenciada pela predominância em empregos que exigem pouca qualificação, restrita capacidade de progressão social e perpetuação de hierarquias sociais e raciais. Esse fenômeno está ligado a dinâmicas mais abrangentes de seleção migratória, racialização e a segmentação histórica do mercado de trabalho.

TABELA 1 – Registros de migrantes no Brasil por país de nascimento e sexo (2011-2022)

País	Feminino	Masculino	Total
República Democrática do Congo	680	1.171	1.851
Gana	728	1.388	2.116
Cabo Verde	1.117	1.152	2.269
Moçambique	1.443	2.273	3.716
Guiné-Bissau	1.515	2.773	4.288
Nigéria	970	3.802	4.772
Senegal	551	8.980	9.531
Angola	4.750	8.247	12.997
Afeganistão	867	1.341	2.208
Líbano	1.752	2.224	3.976
Síria	2.781	3.794	6.575
República Dominicana	1.419	1.356	2.775
Cuba	15.220	13.367	28.587
Haiti	46.264	127.121	173.385
Uruguai	8.146	14.079	22.225
Peru	10.860	19.923	30.783
Paraguai	17.074	15.282	32.356
Argentina	18.490	32.124	50.620
Colômbia	20.118	48.011	68.129
Bolívia	35.521	46.412	81.937
Venezuela	235.636	113.731	349.367

Fonte: Elaborado pelo OBMigra a partir de dados da Polícia Federal. Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), 2023.

As informações revelam uma significativa diversidade nos padrões migratórios no Brasil durante o período estudado, destacando a presença de venezuelanos em números absolutos e a relevância dos haitianos entre os movimentos migratórios provenientes do Sul Global. Ademais, nota-se uma desigualdade de gênero entre as diferentes nacionalidades, com uma predominância masculina nos fluxos originários da África e uma maior participação feminina nas migrações da América Latina e do Caribe, o que indica diferentes modos de inserção no mercado de trabalho e distintas estratégias migratórias.

No contexto haitiano, esse grupo representa uma das principais parcelas do mercado de trabalho formal no Brasil, predominantemente em atividades que exigem pouca qualificação, com alta taxa de rotatividade e sem oportunidades para avanço profissional. Entre 2011 e 2022, foram contabilizados 173.385 contratos, com 127.121 homens e 46.264 mulheres, o que ressalta uma notável quantidade e desigualdades de gênero persistentes (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2023).

Nos últimos anos, houve uma queda significativa no número de vínculos, passando de 71.004 em 2020 para 47.421 em 2022 (-23.583), com a maior parte das ocupações ainda concentrada em setores como abatedouros, construção civil e serviços de limpeza e suporte operacional (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2023). Esse padrão evidencia uma divisão ocupacional bem definida, caracterizada pela concentração em nichos vulneráveis e por limitações na mobilidade social para cima. Trata-se de um sistema de inserção permeado por desigualdades que afetam o acesso a empregos qualificados e que perpetuam hierarquias no mercado de trabalho para migrantes. No contexto territorial, destaca-se uma maior diversidade na região Sudeste, enquanto os migrantes – especialmente negros e pardos – se concentram em empregos precários no Sul, ressaltando a dimensão racial da segmentação no trabalho (Alphonse, 2022; 2019; 2018).

No total, o número de empregos formais para migrantes aumentou de 92.011 em 2013 para 223.411 em 2022, refletindo alterações na origem dos fluxos migratórios: a proporção de migrantes da América do Sul subiu de 35,2% para 55,4%, enquanto a da América Central e do

Caribe diminuiu de 40,4% para 23,2% (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2023). De outro lado, a contribuição dos migrantes europeus caiu de 26,1% para 8,7%, enquanto a participação da África, Ásia e América do Norte permaneceu pequena e constante (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2023). Essa mudança sugere uma nova configuração geoeconômica nos padrões migratórios, destacando o aumento das interações no mercado de trabalho entre países do Sul.

TABELA 2 – Distribuição percentual dos imigrantes ocupados no mercado formal de trabalho brasileiro por continente (2013-2022)

Ano	África	América do Norte	América Central e Caribe	América do Sul	Ásia	Europa	Outros
2013	3,4	3,4	14,0	35,2	9,5	26,1	8,4
2014	5,3	2,7	23,5	31,0	9,7	21,1	6,7
2015	6,2	2,3	29,8	28,6	9,3	18,2	5,7
2016	7,2	2,2	25,8	31,7	9,3	18,1	5,8
2017	6,9	1,9	32,1	30,2	7,4	14,9	6,5
2018	6,6	1,7	36,9	30,7	6,6	12,3	5,2
2019	6,0	1,4	38,1	35,8	5,8	9,9	2,9
2020	5,2	1,2	40,4	37,9	4,9	7,8	2,6
2021	5,2	1,4	29,0	46,7	5,2	10,1	2,5
2022	4,3	1,2	23,2	55,4	5,1	8,7	2,1

Fonte: OBMigra; Ministério da Economia (RAIS – CTPS 2013-2021; RAIS–CTPS–CAGED, 2022).

As informações indicam uma mudança significativa na estrutura dos fluxos migratórios que ingressam no mercado formal de trabalho no Brasil durante o período em questão. Nota-se uma evolução de um padrão mais heterogêneo para uma maior concentração de profissionais originários da América do Sul, com sua participação aumentando de 35,2% em 2013 para 55,4% em 2022.

Por outro lado, observamos uma diminuição na representatividade da Europa (de 26,1% para 8,7%) e da América Central e do Caribe, apesar de uma variação temporária em 2020 (40,4%), o que sugere uma vulnerabilidade a ciclos econômicos e impactos regionais (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2023). Essa mudança indica uma nova configuração das migrações de trabalho no Sul Global e o papel cada vez mais importante das dinâmicas sul-americanas no mercado de trabalho do Brasil. No cenário apresentado, a migração proveniente do Haiti representa um movimento irregular, ligado a situações de crise humanitária e instabilidade

econômica desde 2010. Em 2013, os imigrantes haitianos (12.500 vínculos) eram a nacionalidade predominante entre os trabalhadores no mercado de trabalho formal (Alphonse, 2022).

A partir de 2015, nota-se uma mudança relacionada à crise econômica, resultando na diminuição dos vínculos e na eliminação de cerca de 14.600 empregos em 2016. Recentemente, a inserção desse grupo no contexto da América Central e do Caribe alcançou 47.421 vínculos em 2022, inseridos em um total de 223.411 trabalhadores imigrantes (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2023). Apesar de sua importância, essa trajetória revela uma maior vulnerabilidade a flutuações econômicas e uma dependência de setores com baixo nível de qualificação. Os haitianos estão predominantemente ocupados em áreas de pouca qualificação, caracterizadas por alta rotatividade e condições precárias, como o agronegócio, a construção civil e os serviços de alimentação (Alphonse, 2026).

Em termos territoriais, nota-se uma ampliação da participação na Região Sul (de 25,5% para 47,8%), ao passo que a do Sudeste diminuiu, refletindo a dinâmica dos setores agrícola e alimentício (Oliveira, 2016). O perfil sociodemográfico ainda demonstra uma maioria masculina, embora haja um leve aumento na participação das mulheres, que passou de 27,5% para 35,0% (Oliveira, 2016).

No aspecto racial, aumenta a presença de trabalhadores negros e pardos, passando de 30,0% para 56,1%, enquanto a porcentagem de brancos diminui, indo de 64,2% para 40,6%, o que destaca a racialização da mão de obra migrante (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2023). Em relação ao nível educacional, nota-se uma mudança, com o ensino superior diminuindo de 54,6% e o ensino médio completo aumentando para 50,1% (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2023).

Entre 2020 e 2022, a diminuição no número de imigrantes haitianos (-26.600) é em parte equilibrada pelo aumento dos imigrantes venezuelanos (+46.900), sugerindo a troca de nacionalidades em áreas de baixa qualificação. Estruturalmente, o mercado de trabalho no Brasil funciona de maneira seletiva e segmentada, perpetuando desigualdades ligadas à nacionalidade, raça e nível de qualificação (Simões, 2018; Hallak Neto; Simões, 2020).

Dessa forma, a diversidade migratória não resulta em uma integração uniforme, mas sim na formação de distintos modos de inserção no mercado de trabalho. Imigrantes haitianos continuam em situação de concentração e precariedade, enquanto os venezuelanos demonstram um crescimento maior, mas com instabilidade. Além disso, a pobreza afeta de maneira desigual os migrantes racializados oriundos de nações periféricas, como Haiti, Bolívia e Venezuela, destacando a relação entre raça, nacionalidade e as hierarquias geopolíticas (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2023). No setor qualificado, verifica-se uma redução nas autorizações, passando de 6.345 em 2011 para 1.616 em 2022, com uma diminuição na Europa e um aumento na Ásia, sugerindo que os mecanismos de segmentação e hierarquização também se manifestam no topo da estrutura de empregos.

TABELA 3 – Autorizações de trabalho concedidas a trabalhadores qualificados com vínculo empregatício, por continente (Brasil, 2011 – jun. 2022)

Ano	Total (n)	África (%)	América do Norte (%)	América Central e Caribe (%)	América do Sul (%)	Ásia (%)	Europa (%)	Outros (%)
2011	6.345	0,8	15,4	1,5	10,7	25,3	45,5	0,8
2012	7.657	0,7	13,9	1,2	7,4	25,3	50,8	0,6
2013	7.136	0,7	12,6	1,2	4,8	24,2	55,8	0,6
2014	6.716	0,7	12,3	2,1	3,9	26,4	54,0	0,6
2015	4.434	0,8	12,4	1,7	4,0	28,7	51,8	0,6
2016	3.563	0,8	12,5	2,0	4,2	35,4	44,5	0,6
2017	3.012	1,2	13,4	2,5	7,5	35,5	39,2	0,7
2018	3.974	1,2	15,3	2,5	3,0	37,8	39,6	0,5
2019	4.412	1,3	14,0	2,3	2,2	40,5	39,0	0,6
2020	3.665	1,3	17,5	2,6	2,0	37,0	39,1	0,5
2021	4.050	2,0	13,6	2,3	2,6	42,6	36,3	0,4
2022 (jan./jun.)	1.616	2,4	12,1	2,4	2,0	45,7	34,7	0,8

Fonte: OBMigra, a partir de dados da Coordenação-Geral de Imigração Laboral – Ministério da Justiça e Segurança Pública (2023). **Nota:** Dados originalmente publicados no Relatório Anual OBMigra 2022 – Série Migrações (OBMigra/MJSP/CNIg/CGIL, 2022).

Os dados mostram uma mudança na origem dos profissionais qualificados no Brasil entre 2011 e 2022, evidenciada pela diminuição da participação da Europa (de 45,5% para 34,7%) e pelo crescimento da representação asiática (de 25,3% para 45,7%) (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2023). Essa alteração sinaliza uma nova direção nos fluxos de qualificação, evidenciando a diminuição da relevância relativa da Europa, enquanto outras regiões continuam com uma presença marginal e estável. Isso aponta para a concentração dos fluxos em algumas fontes específicas e a persistência de desigualdades globais na mobilidade dos profissionais (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2023).

No contexto haitiano, nota-se uma inserção que é estruturalmente marginal em segmentos qualificados, em contraste com a forte predominância em empregos de baixa qualificação, mesmo entre aqueles com diplomas técnicos e universitários. Esse desnível destaca obstáculos institucionais ao reconhecimento profissional, principalmente nos processos de equivalência de diplomas no Brasil (Alphonse, 2022). Apesar de uma parte considerável dos migrantes haitianos ter formação superior, a transição para funções que não requerem nenhuma qualificação evidencia claramente uma desconexão entre a qualificação formal e o reconhecimento institucional, influenciada por mecanismos seletivos de validação profissional (Alphonse, 2022).

Do ponto de vista estrutural, a redistribuição dos recursos qualificados não resulta na eliminação das desigualdades globais, mas sim na sua reconfiguração em novas formas, mantendo as hierarquias de acesso e mobilidade entre o Norte e o Sul. Nesse cenário, a revalidação de diplomas age como um mecanismo institucional de seleção, que interconecta a burocracia governamental, a seletividade dos processos migratórios e a hierarquização global das áreas do conhecimento (Alphonse, 2022). A pesquisa de campo envolveu 15 participantes, sendo 10 homens (66,7%) e 5 mulheres (33,3%), com idades variando de 25 a 45 anos. Os entrevistados possuem formações variadas, com destaque para as áreas de engenharia civil, enfermagem, pedagogia e administração, o que revela a diversidade do perfil profissional dos migrantes haitianos qualificados que foram estudados.

TABELA 4 – Caracterização sociodemográfica dos participantes (E1–E15)

Variável	Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Sexo	Homens	10	66,7%
	Mulheres	5	33,3%
Total	—	15	100%
Faixa etária	25–45 anos	15	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo. São Paulo, 2025.

No grupo de participantes, há 8 pessoas casadas, 4 solteiras e 3 divorciadas, organizadas em diversas estruturas familiares, como famílias nucleares, extensas e diferentes modalidades de coabitação. Essas opções destacam táticas de adaptação econômica e social no cenário da migração, além de ressaltar a importância das redes de apoio mútuo entre compatriotas durante a integração no novo país. A maioria dos entrevistados vem dos departamentos haitianos do Oeste, Artibonite, Norte e Centro, áreas que têm uma longa tradição de intensos movimentos migratórios e estão profundamente inseridas em processos migratórios estruturais.

O estudo foi realizado de acordo com os princípios éticos das Ciências Humanas e Sociais, bem como em conformidade com a legislação em vigor, garantindo o respeito à dignidade, privacidade e confidencialidade dos envolvidos. Para manter o anonimato, os participantes foram identificados com a letra “E” seguida por uma numeração sequencial (E1–E15), conforme a ordem em que as entrevistas foram realizadas no estado de São Paulo.

A avaliação qualitativa das entrevistas, que se fundamentou na conexão entre questões e respostas, possibilitou a descoberta de cinco eixos analíticos principais. Os 15 entrevistados (E1–E15) mostram uma variedade de formações acadêmicas, compreendendo cinco em engenharia civil, cinco em enfermagem, duas em pedagogia e três em administração, conforme demonstrado na tabela a seguir.

TABELA 5 – Formação acadêmica dos participantes

Área de formação	Frequência (n)	Percentual (%)
Engenharia civil	5	33,3%
Enfermagem	5	33,3%
Pedagogia	2	13,3%
Administração	3	20%
Total	**15**	**100%**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo. São Paulo, 2025.

Em relação à situação conjugal, há 8 participantes que são casados, 4 que estão solteiros e 3 que são divorciados.

TABELA 6 – Estado civil dos participantes

Estado civil	Frequência (n)	Percentual (%)
Casados	8	53,3%
Solteiros	4	26,7%
Divorciados	3	20%
Total	**15**	**100%**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo. São Paulo, 2025.

Quanto à estrutura familiar, observa-se diversidade de arranjos, incluindo famílias nucleares, extensas, residências individuais e formas de coabitação entre conterrâneos. Entre os casados, predominam aqueles com filhos, enquanto entre solteiros e divorciados há maior variação nas configurações de parentalidade, conforme detalhado na Tabela 7.

TABELA 7 – Estrutura familiar dos participantes

Categoria	Situação familiar	Frequência (n)
Casados (n=8)	2 filhos	5
	Sem filhos	3
Solteiros (n=4)	1 filho	2
	Sem filhos	2
Divorciados (n=3)	3 filhos	2
	Sem filhos	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo. São Paulo, 2025.

Em relação à origem geográfica, nota-se uma maior presença de participantes oriundos dos departamentos haitianos do Oeste (5), Artibonite (4), Norte (3) e Centro (3), áreas que têm uma história marcada por significativos movimentos de migração internacional.

TABELA 8 – Origem territorial dos participantes

Departamento (Haiti)	Frequência (n)	Percentual (%)
Oeste	5	33,3%
Artibonite	4	26,7%
Norte	3	20%
Centro	3	20%
Total	**15**	**100%**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo. São Paulo, 2025.

As entrevistas foram organizadas em cinco categorias analíticas principais: (1) desvalorização da formação profissional e falta de reconhecimento de diplomas; (2) dificuldades linguísticas e adaptação cultural; (3) segmentação do mercado de trabalho e precarização das condições laborais; (4) discriminação racial, xenofobia e interseccionalidade; e (5) táticas de resistência e reconfiguração de trajetórias.

Esses elementos, juntos, destacam os mecanismos estruturais que influenciam a inserção no mercado de trabalho de migrantes haitianos qualificados no Brasil, interligando exclusão, desigualdade e agência no cenário migratório atual. A primeira dimensão diz respeito à desvalorização das qualificações profissionais e à falta de reconhecimento dos diplomas. Os testemunhos de E1, E3 e E10 mostram a mudança de trabalhos qualificados no Haiti para funções inferiores no Brasil, apontando para a ineficácia da transformação do capital cultural em capital econômico e simbólico (Bourdieu, 1983).

Situações como E7 e E11 destacam a importância da validação institucional como um fator crucial de exclusão. O segundo aspecto aborda os obstáculos relacionados à linguagem e à adequação sociocultural. O testemunho de E2 revela as dificuldades enfrentadas com a língua e como o sotaque influencia as relações no ambiente de trabalho, apontando a linguagem como um elemento de distinção simbólica e estigmatização social.

O terceiro aspecto diz respeito à divisão do trabalho e à desvalorização das condições laborais. Os depoimentos de E4, E6 e E9 indicam que a participação em funções de menor qualificação é uma tática de subsistência, evidenciando a presença de um mercado de trabalho fragmentado (Sayad, 2001), organizado por questões de nacionalidade, raça e origem social.

O quarto aspecto trata da discriminação racial, xenofobia e interseccionalidade. As narrativas expõem tanto práticas discriminatórias abertas quanto sutis no local de trabalho, incluindo a desvalorização de habilidades e a estigmatização ligada à nacionalidade. Dentre as mulheres, como E6 e E13, nota-se a intersecção de desigualdades de gênero, raça e nacionalidade, ressaltando a conexão entre o racismo estrutural e a interseccionalidade (Almeida, 2019; Gonzalez, 2020).

O quinto eixo refere-se às táticas de resistência e à reestruturação de trajetórias. Mesmo diante das dificuldades estruturais, os participantes das entrevistas recorrem a ações de autonomia, como a atualização de habilidades profissionais e o empreendedorismo (E8, E12 e E15). Entretanto, essas abordagens ainda enfrentam restrições em virtude da continuidade dos desafios institucionais e estruturais.

A pesquisa prática revela que a revalidação de diplomas é caracterizada por falta de transparência, altos custos e lentidão, funcionando como uma barreira ao acesso a empregos qualificados e desvalorizando a educação adquirida por migrantes. Essa situação é agravada por atitudes racistas e xenofóbicas que impedem o reconhecimento das habilidades profissionais, mesmo entre aqueles que se formaram em universidades brasileiras como UNICAMP, USP, UNESP, UNIFESP e UFRGS.

A teoria da aculturação proposta por Berry (1997) oferece uma visão profunda sobre essas dinâmicas ao evidenciar que as abordagens de integração são influenciadas pelas vivências de discriminação. Em ambientes onde há mais rejeição, os processos de separação ou marginalização costumam ser mais prevalentes; por outro lado, em cenários menos hostis, as oportunidades para integração ou assimilação aumentam (Sam; Berry, 2010; Berry *et al.*, 2006). Assim, a discriminação atua como um elemento chave na formação da adaptação sociocultural.

Esses resultados estão em consonância com os estudos de Alphonse (2018; 2019; 2022), demonstram a falta de uniformidade nos procedimentos de validação de diplomas e a não aproveitamento recorrente de profissionais migrantes com qualificação. Notam-se a continuidade da aglomeração de migrantes haitianos em empregos de baixa qualificação, como na construção civil, em frigoríficos e em serviços gerais, independentemente de seu nível de escolaridade, indicando a persistência de desigualdades na transformação do capital educacional em posições de trabalho adequadas.

Em resumo, os relatos indicam que a inclusão de imigrantes haitianos com formação é marcada por processos interligados de desvalorização, divisão de funções e discriminação em diversos níveis. Essa é uma dinâmica que envolve a deslegitimação do capital cultural (Bourdieu, 1983), enraizada em relações de poder de cunho racial e hierarquias geopolíticas. A forma como o migrante haitiano é socialmente moldado como “intruso”, “ameaça” ou “lixo do mundo” (Guimarães, 2017; Alphonse, 2022) favorece manifestações contemporâneas de racialização, tais como o neorracismo e o racismo de fronteira (Santos, 2019), onde raça, classe e nacionalidade se entrelaçam de maneira inseparável. Conforme argumenta Sayad (2001), o trabalho se apresenta tanto como o núcleo da vivência migratória quanto como o principal espaço de sua negação.

Além disso, nota-se um aumento das desigualdades sob uma ótica interseccional, particularmente entre as mulheres haitianas, que frequentemente se encontram em empregos mais vulneráveis. Isso ressalta a conexão entre a divisão do trabalho por gênero e raça. A dificuldade de transformar o capital cultural em capital simbólico revela a continuidade de uma hierarquia global do conhecimento (Mbembe, 2018).

Em última análise, mesmo que existam formas de resistência, tanto pessoais quanto em grupo – como programas de capacitação e iniciativas empreendedoras –, essas abordagens sozinhas não conseguem modificar as fundações estruturais da exclusão. Para superá-la, é necessário não apenas realizar adaptações nas instituições, mas também promover uma análise

crítica dos sistemas de reconhecimento que perpetuam a classificação desigual do trabalho e do conhecimento em âmbito global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo demonstram que a inclusão de imigrantes haitianos com formação técnica e acadêmica no mercado de trabalho brasileiro é influenciada por um conjunto complexo de obstáculos institucionais, raciais, xenofóbicos e simbólicos, que limitam de maneira consistente o reconhecimento de suas habilidades e a transformação do capital educacional em empregos apropriados.

Neste cenário, os processos de revalidação de diplomas não são apenas procedimentos técnicos e administrativos, mas funcionam como instrumentos institucionais que promovem a filtragem social, interligando a burocracia do Estado e a hierarquização global do saber. Esses mecanismos ajudam a perpetuar desigualdades no acesso a empregos qualificados, afetando até mesmo migrantes com alta formação provenientes de instituições como UNICAMP, USP, UNESP, UNIFESP e UFRGS.

A investigação empírica revela que esses processos de exclusão não podem ser atribuídos a falhas individuais ou a uma falta de capital humano, mas precisam ser entendidos como manifestações de estruturas históricas que conectam racismo, xenofobia e lógicas burocráticas na desvalorização de conhecimentos gerados em ambientes periféricos. Esse fato desafia as abordagens meritocráticas e enfatiza a importância de interpretações estruturais das desigualdades no acesso ao emprego qualificado no Brasil.

Além disso, os achados ressaltam a importância de estratégias coletivas de resistência, em especial as promovidas por associações de migrantes haitianos, que facilitam o acesso ao mercado de trabalho, oferecem formação adicional e ajudam a criar redes de apoio. Apesar de serem cruciais para a reestruturação das carreiras profissionais, essas ações ainda enfrentam desafios devido à fraca institucionalização e à dependência de financiamento externo.

Sob uma perspectiva analítica, as informações destacam a importância de realizar investigações mais profundas que integrem a interseccionalidade entre nacionalidade, raça, classe e gênero. Além disso, é essencial conduzir estudos comparativos que envolvam diversos grupos migratórios racializados no Brasil e na América Latina.

De forma resumida, a situação dos migrantes haitianos com formação no Brasil demonstra que a integração no mercado de trabalho vai além de modificações administrativas superficiais; é necessária uma reestruturação dos mecanismos institucionais de reconhecimento e das bases teóricas que fundamentam a hierarquia global do conhecimento.

Esse é um desafio estrutural que vai além do âmbito técnico e burocrático, exigindo mudanças em normas, políticas e culturas voltadas para a diminuição das desigualdades e para a valorização da diversidade no contexto laboral atual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural.** São Paulo, SP: Pólen, 2019.

ALPHONSE, Fritznel. Entre o Sul e o Norte global: regionalização, vulnerabilidades e reinvenções das trajetórias migratórias Haiti–Brasil–Chile–México–Estados Unidos (2010-2024). In: SEMANA DA DEMOGRAFIA, 4., 2026, Campinas, SP. **Anais...** Campinas, SP: IFCH/Unicamp, 2026.

ALPHONSE, Fritznel. Racismo, xenofobia e exploração de mão de obra haitiana na região Sul do Brasil (2011-2019). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CULTURA DE PAZ E DIREITOS HUMANOS, 1., 2025, Caxias do Sul, RS. **Anais...** Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul, 2025.

ALPHONSE, Fritznel. **Racismo, xenofobia e exploração de mão de obra haitiana no Brasil:** 2011-2019. 2022. 517f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2022.

ALPHONSE, Fritznel. **O racismo e a xenofobia no Brasil:** migração haitiana e a experiência de migrantes haitianos no século XXI. São Caetano do Sul, SP: Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2019. p. 806-839.

ALPHONSE, Fritznel. História, migração, racismo e xenofobia brasileira: diálogo sobre os haitianos no Brasil desde 2010. In: SEMINÁRIO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA, 4., 2018, Porto Alegre, RS. **Anais...** Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

ALPHONSE, Fritznel; MACEDO, José Rivair. O Programa Pró-Haiti nas universidades públicas brasileiras (2011-2016). **Temáticas,** Campinas, SP, v. 25, n. 49-50, p. 233-270, 2017. DOI: https://doi.org/10.20396/tematicas.v25i49/50.11135

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BERRY, John W. *et al*. Immigrant youth: acculturation, identity, and adaptation. **Applied Psychology: An International Review,** Chichester, v. 55, n. 3, p. 303-332, 2006. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.2006.00256.x

BERRY, John W. Immigration, acculturation, and adaptation. **Applied Psychology: An International Review,** Chichester, v. 46, n. 1, p. 5-34, 1997. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.1997.tb01087.x

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro, RJ: Marco Zero, 1983.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Sarah F. Lemos. **OBMigra 10 anos:** pesquisa, dados e contribuições para políticas. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Bianca G. (org.). **Imigração e refúgio no Brasil:** retratos da década de 2010. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro; MACEDO, Marília (org.). **Imigração e refúgio no Brasil:** relatório anual 2019. Brasília, DF: OBMigra; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Conselho Nacional de Imigração; Universidade de Brasília, 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power.** 2. ed. London: Longman, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (org.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2001.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Maristela Abadia. **O "eu" confronta o "outro":** representações de haitianos nas mídias digitais. 2017. 430f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2017.

HALLAK NETO, João; SIMÕES, André. **Desigualdade de rendimento do imigrante no mercado de trabalho formal brasileiro.** Brasília, DF: OBMigra, 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** São Paulo, SP: N-1 Edições, 2018.

OBMIGRA – OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **Relatório anual 2020:** imigração e refúgio no Brasil. Brasília, DF, 2020.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. A inserção dos estrangeiros no mercado de trabalho formal: o que nos diz a RAIS? In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; ARAUJO, D. (org.). **A**

inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Brasília, DF: OBMigra, 2016. p. 60-70.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações.** Lisboa: SOCIUS, 2004.

PENNA, Rejane Silva. **Fontes orais:** historiografia, avanços e perspectivas. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2005.

SAM, David L.; BERRY, John W. (ed.). **The Cambridge handbook of acculturation psychology.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo:** a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2019.

SASSEN, Saskia. **Territory, authority, rights:** from medieval to global assemblages. Princeton: Princeton University Press, 2010.

SASSEN, Saskia. **The mobility of labor and capital:** a study in international investment and labor flow. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo, SP: EdUSP, 2001.

SIMÕES, Gustavo da Frota (org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração haitiana no Brasil.** Curitiba, PR: CRV, 2018.